



SEÇÃO: JORNALISMO

## Vestígios da imprensa federalista no interior de Santa Catarina (1891-1894)

*Traces of the federalist press in the interior of Santa Catarina (1891-1894)**Huellas de la prensa federalista en el interior de Santa Catarina (1891-1894)***Mario Luiz Fernandes<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0002-6394-838X](https://orcid.org/0000-0002-6394-838X)  
[mario.fernandes@ufms.br](mailto:mario.fernandes@ufms.br)**Recebido em:** 21 fev. 2024.**Aprovado em:** 24 jun. 2024.**Publicado em:** 13 set. 2024.

**Resumo:** A Revolução Federalista eclodiu no Rio Grande do Sul em 2 de fevereiro de 1893, mas antes de chegar a Santa Catarina (de setembro de 1893 a abril de 1894), desde 1891 já havia no estado, o Partido Federalista e seus jornais, que contribuíram para difundir o movimento em solo catarinense. O primeiro periódico foi *Volkstaat*, de Joinville. Com base em referenciais da História Cultural, este artigo, a partir de vestígios históricos dos jornais federalistas de Joinville, Laguna, Blumenau e Lages, reconstitui parte da história destes periódicos atuantes entre 1891 e 1894. Em defesa da causa federalista, esses jornais promoveram embates públicos, troca de insultos entre jornais e jornalistas e confrontaram a hegemonia da imprensa republicana.

**Palavras-chave:** imprensa federalista; história da imprensa de Santa Catarina; jornalismo político.

**Abstract:** The Federalist Revolution broke out in Rio Grande do Sul on February 2, 1893, but before reaching Santa Catarina (09/1893 to 04/1894), the Federalist Party had its newspapers present in the state since 1891, which contributed to spreading the movement on Santa Catarina soil. The first periodical was *Volkstaat*, from Joinville. Based on references from Cultural History, this article, based on historical remains of the federalist newspapers of Joinville, Laguna, Blumenau and Lages, reconstructs part of the history of these periodicals active between 1891 and 1894. In defense of the federalist cause, these newspapers promoted public debates, exchange of insults between newspapers and journalists, and confronted the hegemony of the republican press.

**Keywords:** federalist press; history of the Santa Catarina press; political journalism.

**Resumen:** La Revolución Federalista estalló em Rio Grande do Sul el 2 de febrero de febrero de 1893, pero antes de llegar a Santa Catarina (09/1893 al 04/1894), desde 1891 el Partido Federalista y sus periódicos ya estaban en el estado, lo que contribuyó a la difusión, el movimiento en suelo catarinense. El primer periódico fue *Volkstaat*, de Joinville. A partir de referenciais de la Historia Cultural, este artículo, a partir de restos históricos de los periódicos federalistas de Joinville, Laguna, Blumenau e Lages, reconstruye parte de la historia de estos periódicos promovió enfrentamientos públicos, intercambio de insultos entre periódicos y periodistas y enfrento la hegemonia de la prensa republicana.

**Palabras clave:** prensa federalista; historia de la prensa de Santa Catarina; periodismo político.

### Introdução

Dias antes de iniciar a primavera de 1893, Santa Catarina (SC) se vê sitiada em meio a três conflitos que resultaram em um dos maiores derramamentos sangue de sua história. O primeiro deles é de origem interna



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

ao estado: em oposição ao governador interventor nomeado por Floriano Peixoto, Joaquim Manoel Machado,<sup>2</sup> o líder político Hercílio Luz proclama um governo paralelo em Blumenau e destitui o governo legal em Desterro (Florianópolis). Os outros dois conflitos são externos: a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul (RS), em 2 de fevereiro de 1893, que envolveu toda a região Sul do país; e a Revolta da Armada, deflagrada no Rio de Janeiro (RJ) sete meses depois, em 6 de setembro de 1893, que teve alcance nacional. Na avaliação de Meirinho (1997, p. 101), a "guerra civil tripartida" foi "[...] inconsequente e desastrosa, provocada por intenções mal definidas, unindo três facções com propósitos distintos".

Aquele início da República foi marcado também por outros eventos históricos e de forte tensionamento político no estado e no país, como as eleições constituintes de 1890 em âmbito federal e estadual e as promulgações das respectivas constituições federal (24 de fevereiro de 1891 – de caráter liberal e federalista) e estadual (25 de março de 1891); o fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Deodoro da Fonseca (3 de novembro de 1891); a ameaça da Marinha em bombardear a cidade do Rio de Janeiro, fato que levou à renúncia de Deodoro vinte dias depois; a consequente ascensão do vice Floriano Peixoto ao cargo de presidente e a instauração da sua "República da Espada" (novembro de 1891 a novembro de 1894).

O levante no RS eclodiu em razão da disputa pelo poder e das divergências ideológicas e partidárias entre dois grupos políticos e seus líderes: de um lado, o jovem governador Júlio de Castilhos – eleito pelos constituintes gaúchos em 14 de julho de 1891 – e seus seguidores republicanos (os pica-paus); de outro, a oposição federalista (maragatos) liderada por Gaspar Silveira Martins, antigo líder do Partido Liberal, ex-conselheiro do Império e ex-presidente da província. Após quase conquistarem o RS, os maragatos estenderam o conflito a SC, em oposição a Floriano Peixoto e

ao governo do Paraná (PR). O objetivo era formar uma confederação reunindo os três estados do sul do Brasil e o Uruguai.

Apesar das diferentes origens geográficas, motivações e objetivos, os movimentos Federalista e da Armada conjugaram forças em SC contra um inimigo em comum: Floriano Peixoto. Nos confrontos armados, coube aos marinheiros capitaneados por Custódio de Melo o ataque por mar, e aos gaúchos, liderados por Gumerindo Saraiva, os combates por terra. Consideravam que, unidos, teriam mais força contra o adversário. Fatal engano, pois os rebeldes nada tinham em comum, a não ser a repulsa que nutriam pelo presidente. Interesses díspares levaram à derrota dos dois movimentos no estado (Meirinho, 1982).

Antes mesmo da revolta gaúcha chegar a Santa Catarina (SC), os ideais federalistas já ecoavam entre os catarinenses. Nas eleições de setembro de 1890 para a Câmara Federal e o Senado, os federalistas catarinenses lançaram as candidaturas de Alexandre Bayma (274 votos), Elyseu Guilherme (214), José Theodoro (194) e Dr. Wigando (140), além de outros candidatos menos votados. Nas eleições para a Constituinte estadual em março de 1891, foram eleitos todos os 22 candidatos republicanos, que totalizaram 6.727 votos, contra apenas 1.492 obtidos pelos 20 candidatos federalistas (Pereira, 1976). Apesar do fraco desempenho nas urnas, os candidatos federalistas projetavam o partido na esfera pública do estado.

Nesse processo de construção do federalismo, em fevereiro de 1891 fora criada em Florianópolis a União Federalista, liderada por Severo Pereira, Elyseu Guilherme da Silva e Fernando Hackraet. Após a fragorosa derrota de seus candidatos à Constituinte estadual, passou a denominar-se Partido Federalista. Ou seja, a sigla foi criada no estado antes mesmo do partido homônimo gaúcho, que data de 31 de março de 1892, por iniciativa de Gaspar Silveira Martins (ex-partido Republicano) e do general Silva Tavares, durante

<sup>2</sup> No século XIX, a troca de governadores era uma constante em Santa Catarina e em outros estados. Durante o conflito em solo catarinense, três governadores se revezaram no poder: Manoel Joaquim Machado (28 out. 1892 a 13 jun. 1893 – Partido Republicano); Elyseu Guilherme da Silva (13 jun. 1893 a 22 abr. 1894 – Partido Republicano) vice-interventor no cargo definitivamente; Antônio Moreira César (22 abr. 1894 a 28 set. 1894 – Partido Moderador Brasileiro) governador interventor.

o Congresso de Bagé (RS). Tavares fora integrante do Partido Conservador e, por muitos anos, foi adversário de Silveira Martins, mas os dois líderes uniram forças na nova sigla partidária.

A Assembleia de SC promulgou a primeira Constituição e elegeu Lauro Muller como primeiro governador em 11 de junho de 1891. Rouston Júnior (2016, p. 76) pontua que o termo federalista também foi "utilizado pelos liberais catarinenses" que derrubaram Lauro Muller do cargo já em dezembro daquele ano, "em circunstâncias similares à derrubada de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul [...]".

A efervescência política do final do século XIX fez proliferar jornais porta-vozes dos novos partidos colocando em evidência a imprensa republicana e, em menor número, a federalista. Entre 15 de novembro de 1889 e final de 1894, foram lançados pelo menos 47 periódicos no estado (Fernandes, 2007).<sup>3</sup> Destes, dez (21,3%) eram republicanos<sup>4</sup> e sete (14,9%) federalistas, dos quais cinco perfazem o *corpus* deste estudo. Havia ainda os que não tinham vínculos partidários declarados, mas que não deixavam de fazer política. Corrêa (1990) cita o caso do *Jornal do Comércio* que se declarava "imparcial", mas publicava artigos em defesa dos federalistas. A imprensa conservadora e a liberal, que tiveram forte presença no Império, deixaram de existir após a Proclamação. *O Conservador*, por exemplo, que circulava desde 1871, foi fechado em 1889 e em sua tipografia passou a ser impresso o *República*.

O primeiro jornal federalista foi o *Volkstaat* (Joinville – janeiro a abril de 1891). Seguiram-se *Pharol* (Laguna – maio de 1891 a maio de 1892), *O Município* (Blumenau – maio de 1892 a março de 1893), *Rebate* (Lages – outubro de 1892), *O Estado* (Florianópolis – novembro de 1892 a abril de 1894), *Immigrant* (Blumenau – março a julho

de 1893), *Pátria* (Laguna – junho de 1893 a 1894). Mesmo após o fim do conflito no estado, os ideais federalistas não foram totalmente aniquilados e foram lançados o *Joinvillenser Zeitung* (Joinville – julho de 1895 a julho de 1938) e *O Palmense* (Palmas – 1897).

Os cinco periódicos objetos deste artigo circularam no interior de Santa Catarina entre janeiro de 1891 e abril de 1894. Este recorte temporal está demarcado pelo lançamento do primeiro periódico e o fim do conflito no estado. A trajetória do *Volkstaat* foi reconstituída a partir Herkenhoff (1998); do único exemplar de *O Município* foi possível apurar algumas de suas características; traços do *Rebate* foram compostos a partir de alguns de seus artigos reproduzidos em *O Estado*; duas edições do *Pátria* foram as fontes primárias para pontuar parte de sua história; o pequeno acervo do *Pharol* (sete edições) permitiu esboçar, além da reconstituição do seu contexto histórico, uma breve análise de seu conteúdo editorial.<sup>5</sup>

O termo "vestígio" – marca, sinal, pista, indício, traço – é empregado no escopo deste trabalho em razão das limitações quanto às fontes primárias (jornais). Expressa uma reconstituição histórica parcial, desenvolvida por meio de fragmentos dos jornais e outras poucas fontes. Não tem a pretensão de constituir uma história plena, envolta em todas as suas circunstâncias, causas, consequências e complexidade. A escassez de fontes evidencia também a importância deste estudo ao restaurar os vestígios desse importante segmento jornalístico na história de Santa Catarina e do Brasil, sob pena desses jornais serem apagados da história.

Em razão dos antecedentes políticos e da atuação da imprensa, os rebeldes gaúchos foram recebidos com "simpatia" pelos catarinenses, o que logo se reverteu (Meirinho, 1982). Santa Catarina era o único estado que se opunha a

<sup>3</sup> Levantamento realizado por Fernandes (2007), com base nas seguintes fontes: Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados (1994); Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850 – 1989 (1990); Santos (2002); Pedro (1995); Callado Júnior (1970); Baldessar e Christofletti (2005).

<sup>4</sup> Os jornais republicanos eram: *República* (Desterro – 19 nov. 1889 a 25 dez. 1937), *Quinze de Novembro* (Lages – dez. 1889 a fev. 1890), *Liberdade* (Laguna – 22 dez. 1889 a mar. 1891), *Liberdade* (São Bento do Sul – 1 jul. 1890 a 1 out. 1891), *O Futuro* (Laguna – 12 jul. 1891 a 4 dez. 1898), *A Legalidade* (São Bento do Sul – 20 fev. 1892 a 29 out. 1901), *Gazeta de Lages* (21 abr. 1892 a dez. 1895), *Gazeta do Ithajay* (12 out. 1892 a 1 dez. 1895), *Região Serrana* (15 ago. 1894 a 1903), *O Legalista* (Imaruí – set. 1894).

<sup>5</sup> A Biblioteca Nacional Digital e a Biblioteca Pública de Santa Catarina possuem os referidos exemplares, além de 1.260 edições de *O Estado*, de Florianópolis.

Florianópolis e o próprio governador Cristóvão Nunes Pires – integrante da Junta Governativa – em exercício quando da chegada da Armada, era simpatizante do movimento da Marinha. Hercílio Luz, em Blumenau, era a principal liderança federalista catarinense quando da invasão ao estado em setembro de 1893. Desse modo, federalistas e a Armada tomaram o poder em Florianópolis e instauraram o governo paralelo entre setembro de 1893 e abril de 1894. Em 4 de outubro de 1893, a Assembleia Legislativa declara Santa Catarina separada da União e, no dia 14, Guilherme de Lorena, um dos líderes da Armada, é nomeado presidente e instala o governo revolucionário. Eliseu Guilherme da Silva (16 jun. 1893 a 22 abr. 1894), vice-interventor, era o governador legal durante a ocupação. Quando os legalistas retomam o poder, o também interventor Antônio Moreira Cesar (22 abr. 1894 a 28 set. 1894) substituiu Eliseu Guilherme.

Joana Pedro (1995), que realizou minucioso levantamento sobre a proliferação de jornais em Desterro no século XIX, constata que, na segunda metade daquele século, a imprensa foi "impulsionada pelas lutas político-partidárias", que tematizava "questões morais, notícias, educação e comportamento ético" e, "ao tematizar o público, constituía-se em instrumento pedagógico e formador de opinião pública". Para a historiadora, esses jornais também se tornaram "instrumentos do poder público", aliciados por meio da contratação de publicações como decretos, leis e atos oficiais que asseguravam a sobrevivência financeira desses periódicos (Pedro, 1995, p. 33).

Rüdiger (1998, p. 28) corrobora que, naquele período, "a classe política transformou a imprensa em um agente orgânico da vida partidária", e a "propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política" na esfera pública e os partidos passaram a criar "suas próprias empresas e lançar periódicos". Gradativamente, os políticos tomaram o "lugar dos tipógrafos a função social dos jornalistas".

Ao final do Império e início da República, os partidos Conservador, Liberal, Republicano e Federalista faziam de seus jornais extensões das tribunas políticas. No RS, o "principal veículo de oposição ao castilhismo, não fugiu à regra ao utilizar-se fortemente da imprensa partidária para expressar suas ideias e práticas" (Rouston Júnior, 2016, p. 85). Segundo o autor, o próprio Gaspar Silveira Martins fundou, em 1869, *A Reforma* como jornal do Partido Liberal e que, após a Proclamação, passou a defender os ideais federalistas. Fechou em 1912 por determinação do Partido.<sup>6</sup>

Com base em diretrizes da História Cultural (HC), este artigo investiga vestígios dos jornais federalistas de Joinville, Blumenau, Laguna e Lages publicados entre 1891 e 1894. A primeira parte reconstitui parcialmente a história desses jornais considerando, basicamente, componentes do contexto sócio-histórico no qual foram produzidos e distribuídos; na segunda, o histórico do *Pharol* é acrescido da análise de seu conteúdo, ampliando assim a interpretação sobre a trajetória do mesmo.

A HC é definida como a "interpretação de significados, práticas, representações e símbolos sobre um evento". Em outros termos, busca compreender fenômenos sociais, políticos, econômicos, entre outros, a partir da perspectiva cultural. Tem como matrizes o estudo das práticas, das representações, da cultura material e a história da memória. Está centrada no estudo da micro-história, invariavelmente relegada a segundo plano pelas grandes narrativas ou generalizações da macro-história (Pesavento, 2005).

Das diferentes possibilidades de interpretação histórica proposta pela HC, busca-se aqui abordar o *contexto sócio-histórico*, as *representações* e *práticas* dos jornais federalistas catarinenses sobre aquele movimento nos idos de 1891 a 1894.

Na definição da autora, as representações

[...] construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de

<sup>6</sup> O movimento teve ainda outros jornais como *O Maragato* (1897-1928); *Echo do Sul* (inicia em 1857 como conservador, após a Proclamação torna-se federalista até 1910, e depois atua sem vínculo partidário até a década de 30); *Correio do Sul* (1914 a 1932) começou como federalista e depois assumiu outras orientações partidárias (Rouston Júnior, 2016).

condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coercitiva, bem como explicativa do real (Pesavento, 2005, p. 39).

As representações dos jornais partidários do final do século XIX, incluindo os federalistas, eram elaboradas por meio de práticas discursivas que objetivavam persuadir a opinião pública em favor de suas causas. Naquele período, predominava na imprensa brasileira a opinião sobre a informação, o comentário e o artigo de fundo (editorial) sobre a notícia, por meio dos quais, mais que narrar acontecimentos ou ser testemunha ocular da história, buscava-se influenciar e até produzir os acontecimentos.

Para desenvolver a análise discursiva do *Pharol*, foi aplicada a Análise de Conteúdo (AC), tendo por referência Bardin (2004). De matiz semiológica, esse método objetiva a interpretação das comunicações, ou seja, "visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade" (Bardin, 2004, p. 27). Analisa não somente o texto, mas o contexto no qual foi produzido. É aplicada aqui, notadamente, nas fases de: a) pré-análise; b) identificação das *unidades de análise ou unidades de registro* (fragmentos de unidades de significação dos textos); c) *categorizações temáticas* (agrupamento das *unidades de registro* com significação em comum); e d) *inferências* (deduções lógicas, interpretação dos textos, de seus enunciados e proposições).

## 1 Contexto sócio-histórico dos jornais federalistas

Em 1891, no intervalo de dois meses, foram lançados os dois primeiros jornais federalistas de SC: *Volkstaat* (Joinville) e *Pharol* (Laguna), seguidos de *O Município* (Blumenau) e *Rebate* (Lages). Em Joinville, foi editado ainda o *Joinvillenser Zeitung* e, em Laguna, o *Pátria*. A rigor, nenhum deles circulou durante todo o período do conflito (set. 1893 a abr. 1894) em solo catarinense, mas publicizaram o federalismo e atuaram em defesa da federalização da região Sul do país.

Além de envolver a disputa de poder entre lideranças gaúchas, o federalismo foi um movimento político pela autonomia e federalização dos estados, mas que encontrou resistência do governo de Florianópolis, o que resultou em violento conflito armado e morte de cerca de 10 mil pessoas no sul do Brasil. No RS, perdurou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, quando os federalistas foram derrotados.

No início da década de 1890, Santa Catarina era constituída por apenas 15 municípios,<sup>7</sup> contra os atuais 295. Além da capital Florianópolis, as cidades de Joinville, Blumenau, Lages, Laguna, São Francisco, São Bento, Jaraguá e Itajaí foram violentamente atingidas pela guerra civil. Liderada por Hercílio Luz, Blumenau se tornou importante centro federalista no estado, e a primeira sede do governo rebelde.

A análise sócio-histórica dos jornais considerada aqui segue diretrizes propostas por Thompson (1995), que visam estudar o contexto no qual as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e consumidas com o objetivo de *reconstruir* essas condições sociais e históricas. Essa reconstrução compreende identificar e descrever as situações espacotemporais, as organizações sociais, a estrutura social, o leitor, dentre outros componentes. Parte desse contexto mais amplo foi apresentado na introdução deste artigo e, a seguir, serão apresentados os aspectos mais específicos de cada jornal, como suas características editoriais e morfológicas, práticas adotadas, perfil de dirigentes e redatores, entre outros elementos de suas histórias.

### 1.1 Volkstaat

O pioneiro *Volkstaat* (*Estado do Povo*), bimensanário, foi lançado em março de 1891 pela Sociedade Fortschritt (Progresso), redigido em alemão, e teve como redator Albin Kohlbach. Em 1893, Franz Schendel assumiu como editor e Victor Mueller como administrador. *O Estado de São Paulo* (apud Herkenhoff, 1998, p. 85) apresentou o novo periódico como de "tendências socialis-

<sup>7</sup> Municípios de SC em 1891: Araranguá, Blumenau, Brusque, Camboriú, Desterro (Florianópolis), Itajaí, Joinville, Laguna, Parati, São Francisco do Sul, São Joaquim, São José, São Miguel, Tijucas e Tubarão (Pereira, 1976).

tas", mas, segundo a autora, "na realidade era de cunho nitidamente federalista, em oposição ao *Kolonie-Zeitung*, de vertente republicana, e à maioria dos cidadãos de Joinville, tanto brasileiros como alemães".

O *Kolonie-Zeitung (Jornal da Colônia)*, lançado em 20 de dezembro de 1862, foi o primeiro da então Colônia Dona Francisca, e redigido em alemão em razão do predomínio dos imigrantes germânicos que iniciaram a colonização de Joinville a partir de 1851. Conforme seu fundador, o imigrante alemão Ottokar Doerfeel, o jornal tinha como programa *acostumar e familiarizar* o imigrante à colônia.

Em 1890, Joinville contava com 13.860 habitantes e dois jornais: o já tradicional *Kolonie-Zeitung*; e o abolicionista e republicano *Sul* (ago. 1889 a jun. 1890), redigido em português. Com o fechamento deste, o *Kolonie-Zeitung* passou a ser o único da cidade "em uma das fases mais agitadas na nossa história, quando os acontecimentos no Rio de Janeiro e o agravamento da situação no Rio Grande do Sul faziam prever um confronto sangrento entre os federalistas [...] e os republicanos [...]" (Herkenhoff, 1998, p. 84).

O *Volkstaat* nasceu em meio à essa turbulência, quando a maioria dos joinvilenses estava "acomodada" com o republicanismo, exceto os federalistas locais, entre eles o intendente (prefeito) Abdon Batista, médico baiano nascido em 1851 e que, em 1888, migrou para Joinville. Este rivalizava com Lauro Muller, então governador do estado (Herkenhoff, 1998).

O clima de tensão se acentuou em todo o estado a partir da ocupação de Florianópolis pelos gaúchos em setembro de 1893. Dias depois, 50 revoltosos se deslocaram para Joinville. Em 2 de novembro, a cidade foi invadida por mais 200 revolucionários sob o comando do general Piragibe, que convocou o Corpo de Bombeiros<sup>9</sup>, atletas da Sociedade Ginástica, atiradores e outras agremiações para atuarem junto às tropas revoltas, mas não conseguiu as adesões (Herke-

hoff, 1998, p. 90). Após a ocupação, o *Volkstaat* passou a publicar uma página em português, produzida por Schendel. Em 24 de novembro, o *Kolonie-Zeitung* assim comentou a nova fase do concorrente, entremeando com citações do próprio *Volkstaat*:

O "*Volkstaat*" a partir de agora, "atendendo a diversas solicitações", terá uma página em língua portuguesa, como jornal independente, sob o título "Estado do Povo". O redator responsável é igualmente o redator do "*Volkstaat*", sendo assim bastante curiosa a observação impressa na folha de que ninguém deverá estranhar se por acaso na parte portuguesa for combatida alguma coisa recomendada na parte alemã (*Kolonie-Zeitung apud Herkenhoff, 1998, p. 90*).

Depois dos jornais em alemão, vieram os bilíngues (alemão e português) e só em 1877 nascia a *Gazeta de Joinville*, a primeira totalmente em português, embora produzida por imigrantes alemães, e circulou até 1908. Ou seja, a imprensa local ou um mesmo jornal tinham *públicos estratificados pelo idioma, culturas e objetivos díspares; daí a advertência do Volkstaat*. Esse contexto geolinguístico era vivenciado por outros jornais editados em alemão em Blumenau e em italiano em cidades ao sul do estado.

Em 26 de janeiro de 1894, encerrou a fase mais violenta da Revolução Federalista em Joinville, que ficou em situação de penúria em razão das atrocidades sofridas. Em todo o estado, ocorreram alterações radicais no sistema de poder das cidades após o fim do conflito.

Desbaratadas as tropas federalistas em sangrenta batalha contra a guarnição da Lapa, em abril de 1894, procedeu-se à reorganização das Câmaras Municipais em todo o estado. Em Joinville foram exonerados os vereadores federalistas Antônio José Ribeiro, Henrique Walther, Henrique Hensch e o Presidente da Intendência (Prefeito), Dr. Abdon Batista, que deixou o Brasil, para se alistar na Argentina até a concessão da anistia, em 1895. Nomeado pelo governo estadual, assumiu o cargo de Presidente da Intendência o cidadão João Paulo Schmalz (Herkenhoff, 1998, p. 92).

Antes da turbulência federalista, o Partido

<sup>9</sup> Herkenhoff (1998, p. 88) assinala que, além de uma série de incêndios que acometeu a cidade, entre outros fatores, a criação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville – o primeiro do Brasil e um dos primeiros, no gênero, na América – foi em decorrência da "instabilidade reinante em vários pontos da República e a agitação federalista [...] no Rio Grande do Sul [...]".

Republicano havia se tornado hegemônico em Joinville e assim permaneceu; de 1890 a 1927 elegeu todos os prefeitos da cidade. O Partido Federalista foi extinto na província em 1905.

### 1.1.1 Joinvillenser Zeitung

Embora não esteja inserido no período analisado, vale o registro do *Joinvillenser* como o segundo jornal federalista da cidade, uma continuação do *Volkstaat*. Ao final do conflito, conforme Herkenhoff (1998, p. 92), em Joinville continuou a ocorrer "um número bastante expressivo de federalistas". Esse grupo lançou, em 1º/07/1895<sup>9</sup>, o bissetimário *Joinvillenser Zeitung*, redigido em alemão por Schendel, ex-redator do *Volksstaat*. Era propriedade de Eduard Schwartz, jornalista húngaro migrado para o Rio de Janeiro em 1888 e de lá para Joinville em 1893, no auge da Revolução. Foi instalado com material tipográfico adquirido do *Volksstaat*.

O *Joinvillenser* também rivalizou com o *Kolonie-Zeitung* e, nas palavras de Herkenhoff (1998, p. 95), "desde o início e durante vários anos do século vinte" foi "quase defensor do candidato federalista". Nas eleições para intendente em novembro de 1898, o *Kolonie* defendeu a candidatura do comerciante Gustavo Adolfo Richlin (que saiu vitorioso); e o *Joinvillenser*, a do médico Abdon Batista.

### 1.2 O município

Blumenau teve um processo de colonização semelhante ao de Joinville, forjado pela maioria de imigrantes alemães que chegaram à região a partir de 1851. Seu primeiro jornal foi o *Blumenauer-Zeitung (Gazeta Blumenauense)* lançado em 1º de janeiro de 1881, também redigido em alemão e pautado principalmente pelos interesses dos imigrantes.

O *Município* (jul. 1892 a mar. 1893) foi o terceiro jornal da cidade. Editado em português e em

alemão, circulava aos sábados e era a "Folha Oficial da Municipalidade", portanto, federalista. Nascia para combater o *Blumenauer*, que fazia oposição ao intendente João Kersanach. Quando este deixou a intendência em março de 1893, o jornal saiu de circulação após 32 edições e antes de o conflito chegar ao estado. A única edição disponível (20 de agosto de 1892) é tomada por editais e outros atos oficiais da intendência. Ainda em março, foi substituído pela segunda versão do *Immigrant*.<sup>10</sup> agora sob a direção de Paulo Stelzer, e também federalista.

Conforme Silva (1977), após a Proclamação, a maioria dos blumenauenses era republicana e tinha como porta-voz o *Blumenauer*. Os confrontos entre os dois jornais não tardaram e, em 16 de julho de 1893, após 16 edições, *Immigrant* desaparecia pela segunda vez. Foi comprado pelo pastor Faulhaber, em nome da Conferência Pastoral Evangélica. Agora com o nome de *Der Urwaldsbote (O Mensageiro da Floresta)*, tornou-se mais religioso que político e fechou só em 29 de agosto de 1941.

### 1.3 Rebate

Assim como Laguna, Lages, no Planalto Serano, teve experiências republicanas cinquenta anos antes da Proclamação. Na esteira da Revolução Farroupilha (1835 a 1845), a cidade foi proclamada república em 9 de março de 1838 e em 10 de março de 1839. Fundada ao longo da rota dos tropeiros que comercializavam gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo no século XIX, Lages incorporou muito da cultura e da política gaúchas. Esse laço histórico está na raiz da assimilação do movimento republicano e, posteriormente, do federalista.

O título *Rebate* já enuncia um tom provocativo: um jornal de oposição em território fortemente marcado pelo coronelismo político. O semanário, criado em 30 de outubro de 1892, segundo *O Estado*, era propriedade de uma associação e

<sup>9</sup> Em 1895, conforme o *Kolonie-Zeitung* (apud Herkenhoff, 1998, p. 93), Santa Catarina contava com sete jornais: *República* (Desterro), *Gazeta de Lages* (Lages), *O Futuro* (Laguna), *Blumenauer Zeitung* (Blumenau), *Urwaldsbote* (Blumenau) e o *Joinvillenser Zeitung* (Joinville) e o próprio *Kolonie-Zeitung* (Joinville).

<sup>10</sup> Conforme Silva (1977), a primeira versão do *Immigrant* (abr. 1883 a abr. 1891), segundo jornal da colônia, foi iniciativa de Bernardo Scheimantel. Era de linha liberal e rivalizava com o *Blumenauer-Zeitung*, que nasceu como conservador.

tinha distribuição gratuita. Era dirigido por José Joaquim de Córdova Passos que, possivelmente em 6 de setembro de 1886, também havia criado *O Escudo*, órgão do Partido Liberal. Não há mais registros sobre ambos os periódicos. Os vestígios históricos do *Rebate* foram reconstituídos tendo como fonte principal *O Estado*, que reproduziu alguns artigos do periódico lageano.

Na região de Lages, lideranças republicanas adotaram o federalismo e o comissário de polícia Ignácio Alves Chaves foi uma delas. Sua justificativa foi publicada na primeira edição do *Rebate* e reproduzida em *O Estado*, da capital.

Nas atuais conjunturas políticas do País, em que os partidos não estão ainda definidos satisfatoriamente, o único alvitre regular que a todo patriota cumpre adoptar é cooperar em tudo quanto possa servir para o desenvolvimento da causa pública. Para esse fim deve aliar-se aos grupos que por seu prestígio e por suas ideias se orientem por princípios de verdadeiro patriotismo.

É por isso que resolvo aderir a causa do partido federalista, cujas ideias me parecem vantajosas [...] (Chaves, 1892).

A declaração referencia a instabilidade dos partidos políticos naquele início da república e coloca o Partido Federalista como aglutinador de grupos de "prestígio" e de "ideias" que conduzem ao "verdadeiro patriotismo".

Após as eleições municipais de 20 de novembro de 1892, no artigo "Ainda bem", (1892), o *Rebate* enaltece o "prestígio" dos federalistas e a "fraqueza" dos adversários naquele pleito. Ainda que possa haver suspeição dos dados apresentados, o artigo revela a baixa adesão dos eleitores lageanos naquele processo eleitoral.

Desde 15 de novembro de 1889 até aqui nenhuma eleição tinha sido concorrida sequer por uma terça parte do eleitorado e isto ainda mesmo ao tempo em que os nossos homens políticos estavam unidos fazendo causa comum; hoje, porém, coube ao Partido Federalista a glória de trazer às urnas um número superior de eleitores correspondente à metade da totalidade d'elles (Ainda [...], 1892).

Nas representações do jornal, há alusão de que o Partido Federalista foi o responsável pelo aumento da presença do eleitorado nas urnas. Enfatiza ainda que foi um "pleito franco e livre"

sem artificios para burlar a opinião pública e que não houve a "[...] acostumada pressão oficial, que só serve para degradar o poder público [...]". A argumentação avança para demonstrar ao leitor o "justo resultado":

Parece que os próprios nossos adversários ficaram, senão gostosos, ao menos satisfeitos com o resultado, por se convencerem da própria fraqueza, e a prova d'isso está que nenhuma impugnação apresentaram aos trabalhos eleitorais [...]. Foi, por assim dizer, uma derrota recebida com resignação (Ainda [...], 1892).

O *Rebate* evidencia que a causa federalista tinha simpatia e adesão não somente em Joinville, Florianópolis e Blumenau, mas também em Lages. Afirma que o Partido Federalista poderia eleger a "câmara municipal unânime", mas "não o quis fazer, por entender que convinha à pureza política, proporcionar meios para que a facção contrária interviesse na gestão dos negócios públicos do município" (Ainda [...], 1892).

#### 1.4 Pátria

Laguna teve forte atuação no cenário político de Santa Catarina no século XIX, evidenciada já na Proclamação da República Juliana (ou República Catarinense) de 24 de julho a 15 de novembro de 1839, movimento gestado pela Revolução Farroupilha. Esse vínculo histórico contribuiu para que parte dos lagunenses aderisse ao movimento federalista mais de 50 anos depois. A imprensa atuou incisivamente para persuadir a população local em torno da causa, com o lançamento, inicialmente, de dois jornais: *Pátria* e *Pharol*.

O bissemanário *Pátria* – quatro páginas, a última tomada por anúncios – possui apenas duas edições no acervo da Biblioteca Nacional Digital: nº 1 (25 jun. 1893) e nº 26 (26 out.1893). Nelas, o periódico não se denomina como jornal federalista, mas seu conteúdo não deixa dúvidas sobre sua posição editorial. Editais, proclamações, manifestos, decretos e outros atos oficiais do governo provisório e da Câmara Municipal de Laguna ocupam a maior parte de suas páginas.

A edição inaugural não indica seus proprietários, diretores ou redatores, traz apenas a in-

dicação "redatores diversos". No programa de apresentação assinala que a publicidade é o meio mais "expedito de comunicação das ideias e de expansão dos sentimentos" e que a imprensa, "produto lógico da civilização", é de grande importância "nas instituições que importam em diretas relações entre os vários membros componentes de um povo".

Enquadra a imprensa como vigilante das estruturas de poder e que "graças ao jornal, o espírito público científica-se melhor da direção dada à administração do que lhe interessa e do grau de prosperidade a que atinge o Estado ou o município". Baseado nessa premissa, diz concorrer para "orientar a opinião pública, de modo a bem trilhar a senda do que vai ter ao desenvolvimento local". Fazendo referência direta aos governos federal e estadual, adverte: "não os pouparemos, desde que se cuide bem do público".

Para vigiar as esferas de poder, criou a coluna "Telegráfica", na qual informa o lagunense sobre os principais fatos ocorridos no Rio de Janeiro e em Florianópolis. A coluna também publica notas sobre a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Um dos telegramas (23 de junho), enviado de Montevideo ao *Jornal do Commercio* (RJ) e resumido em *Pátria*, informa que Gomercindo Saraiva derrotou forças castilhistas e que os federalistas tomaram armas, cavalos e gado na localidade de Coxilha Negra (RS).

A edição de outubro é quase toda tomada por atos oficiais do governo provisório em Florianópolis, à exceção de uma página e meia de anúncios. Na capa, o manifesto do almirante Custódio José de Melo, um dos líderes da Revolta da Armada e ex-ministro da Marinha – cargo do qual havia pedido demissão em 30 de abril de 1893. Em 3 de outubro, a bordo do encouraçado Aquidaban, no Rio de Janeiro, fez um novo manifesto no qual reafirmava e justificava o manifesto de rebelião da Marinha de 6 de setembro.

O novo documento faz críticas e acusações ao governo ditatorial de Floriano Peixoto, pede o restabelecimento da Constituição (convocar eleições para presidente), bem como a pacificação da república. Acusa Floriano de utilizar "a mentira, a

corrupção, a astúcia, a perfídia e o próprio crime sob as formas mais hediondas" para debelar a revolução. O crime a que se refere é a tentativa de assassinato sofrida pelo próprio Custódio de Melo, quando um emissário espanhol designado por Floriano entregou, no Aquidaban, "uma máquina infernal preparada dentro de um livro por meio da dinamite". O artefato entregue diante de várias testemunhas a bordo, foi desmontado e apreendido para servir como prova da tentativa de homicídio.

Em outubro de 1893, o governo provisório começa a se estruturar em Santa Catarina. Inúmeros decretos daquele governo e da Câmara Municipal de Laguna são publicados naquela edição do jornal tornando-o importante fonte histórica. Entre os decretos bastante sucintos assinados pelo líder Frederico Guilherme Lorena estão: o que define Florianópolis como cidade sede daquele governo; os de mobilização da Guarda Nacional de vários municípios do estado; o que exonera o coronel Gustavo Richard do comando da Guarda Nacional da capital e o que nomeia Germano Wendhausen para substituí-lo; os de nomeação de agentes do governo provisório para atuar junto aos governos argentino e uruguaio; e o que nomeia um comissário para negociar um empréstimo junto ao governo da Argentina. Traz também breve relato sobre o cruzador Urano que sofreu forte ataque e teve muitos mortos e feridos ao sair do Rio de Janeiro, mas que conseguiu chegar a Florianópolis com o apoio do Aquidaban.

#### 2 *Pharol*: vestígios discursivos de um jornal federalista

A partir das edições disponíveis (seis, de maio e junho de 1891 e duas, de maio de 1892), foi possível extrair fragmentos da linha discursiva do *Pharol* acerca dos acontecimentos ocorridos durante o período de circulação do jornal.

Seguindo etapas preconizadas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), na pré-análise (leitura flutuante) das 32 páginas que totalizam as oito edições, não foram identificados relatos sobre os conflitos em campos de batalha, narrativas

sobre causas, consequências ou andamento da guerra, como era o objetivo inicial da pesquisa. Partiu-se então para a extração de *unidades de análise ou unidades de registro* – palavras, fases, parágrafos ou trechos significativos de textos – utilizando-se como palavras-chave Partido Republicano, republicano(s), política, político(s) e imprensa republicana, já que na leitura fluente ficou evidenciado que estes termos foram os mais empregados pelo jornal, principalmente por tratar-se de grupos adversários. Essas *unidades de registro* foram agrupadas em duas *categorizações temáticas* – Partido Republicano e imprensa republicana. Foi acrescida uma terceira categoria – Pharol – para buscar autorreferências do jornal sobre sua linha editorial, práticas jornalísticas, equipe de redatores etc. Cinco das *unidades* estão em destaque nas *citações longas* a seguir, e as demais intercaladas a paráfrases formuladas por este autor. Essa articulação contribuiu para a construção das *interpretações e inferências* sobre o discurso do *Pharol*.

O semanário foi lançado em Laguna em 10 de maio de 1891,<sup>11</sup> como “comercial e noticioso”. A partir de maio do ano seguinte, assina em epígrafe como órgão federalista.<sup>12</sup> Enquanto noticioso, era gerenciado por Dácio Magalhães e, quando federalista, por José Johanny. Junto a essas mudanças, verifica-se seu crescimento comercial: passou da média de três anúncios por edição, ocupando metade da página 4, para oito anúncios que ocupam a página inteira, um indicativo do apoio da classe comercial ao movimento. A reciprocidade no apoio aos comerciantes é perceptível em alguns artigos.

No longo artigo de fundo que ocupa a primeira página e metade da segunda da edição de lançamento, o periódico afirma que se encorajava a se “levantar sobre a onda agitada da opinião popular”, “desemparedado e desprotegido das

patrulhas políticas”. Acima dessas circunstâncias estavam “mais nobres intuitos”, colando-se assim “inacessível às agitações partidárias” e buscando “amparar a verdade, o direito e a justiça”. No entanto, adverte que o jornal nunca “se tornará indiferente ante os atos dos governos – da União, do Estado, do Município e de seus Agentes e bem assim dos Representantes da Lei e do Povo”. Enquanto veículo de imprensa, acentua que “jamais” abdicará da “franca intervenção e liberdade de pensamento em todos os atos que afetar direta ou indiretamente a sociedade – nosso alvo, nosso ponto de grandeza e apoio” (Pharol, 1891).

O *Pharol* aparenta ter ciência sobre a importância da imprensa como ator político naquele conturbado cenário de final de século ao afirmar “não compreender o que seja imprensa neutra”. Compreende que a imprensa não seja partidária, mas que essas “susceptibilidades” nunca devem intervir na “crítica” e “discussão nos atos de governo para não parecer – suspeita – apoiando ou combatendo este ou aquele partido e partidários que os sustentem ou combatem. Seria um suicídio ou uma covardia”. Define ainda que a imprensa é a “principal válvula para o bem de uma sociedade” e por isso “não deve ter fronteiras que lhe impeçam de o conquistar”. Em outras palavras, “a imprensa é, pois, o pensamento, e o pensamento é a liberdade e a liberdade não tem, nunca teve, nem jamais terá grilhões que a prendam” (Pharol, 1891).

Movido por esse ideal de liberdade de atuação política, logo na sua fase inicial o jornal se envolveu em densas polêmicas. Rivalizou com *O Futuro* (12 jul. 1891 a 4 dez. 1898) e *A Voz* (15 mar. 1890 a 03 jun. 1891), ambos republicanos de Laguna. Acusava o primeiro de ser mero correspondente da *República* (Florianópolis). Prática comum da época, *Pharol* também reproduzia artigos de outros periódicos como *Jornal do*

<sup>11</sup> Em 9 de abril de 1892, foi lançado em Laguna o semanário *O Pharol*, que se denominava “literário e noticioso” e com “redatores diversos”. Não apresenta seus proprietários ou diretores. Pela tipologia utilizada no título e principalmente pelo conteúdo do seu programa de apresentação, não parece se tratar do *Pharol* aqui analisado. A primeira edição é a única disponível no acervo da Biblioteca Nacional e está disponível em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=891266>. No catálogo da biblioteca aparece como edição nº 317, mas o exemplar digitalizado é do da edição nº 1.

<sup>12</sup> No acervo da Biblioteca Pública do Estado, encontram-se apenas cinco edições da primeira fase (17 e 24 de maio; 11, 19 e 28 de junho de 1891) e dois da segunda fase (22 e 29 de maio de 1892). Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional estão disponíveis edições nº 1, 2, 3 (maio); 5, 6 e 7 (junho) de 1891.

*Commercio, Gazeta do Sul e Tribuna Popular*, esta última a qual definia como o mais independente dos jornais de Florianópolis e de “vanguarda na construção da pátria”.

Na segunda edição (O novo [...], 1891), extenso artigo de fundo (editorial) critica os impostos que tanto afetavam “a uma classe tão desprotegida [...] como a classe dos nossos pequenos lavradores e mercadores e ao nosso mercado vem abastecê-lo escassamente influenciando tão diretamente a vida da pobreza, hoje tão penosa e difícil de manter-se [...]”.

*A Voz* é alvo de críticas na edição seguinte, após ter acusado um dos redatores do *Pharol* de atacar partidos políticos e lideranças locais. A resposta do periódico federalista em 24 de maio foi contundente:

Triste condição é a do homem servil, que depois de suprimir o patriotismo pela adulação, para viver, - inventa, deturpa, calunia, integra, profana, contanto que não se lhe estanque a saliva na mastigação da ração que lhe atira os poderosos, e mantenha-se desse modo em equilíbrio o vente entumecido pela ganância! (Ao Público, 1891).

Sem citar nomes, apresenta o perfil de sua equipe de redatores formada por “somente três lagunenses, tão distintos e dignos como os mais dignos, muito modestos, mas muito independentes também. Um deles do meio científico e os demais negociantes e capitalistas”. Acentua que “nenhum visa interesses ocultos e todos sem precedências estão unificados por este único pensamento – pugnar e discutir em o *Pharol* pela prosperidade e o bem estar de sua terra” (Roda [...], 1891). Este perfil revela a participação de representantes da elite intelectual e econômica no corpo redatorial, o que explica a defesa dos interesses dos comerciantes e a crítica aos impostos.

“Novas injúrias” de *A Voz* contra um dos redatores do *Pharol* levam a outro rebate deste contra os redatores “insensatos” do primeiro. Em sua defesa, o *Pharol* argumenta que “[...] se o nosso jornal fosse político e outra fosse a esfera em que movem-se nossos inimigos gratuitos, talvez ainda pudessemos ser seduzidos e arrastados a discutir

personalidades”. Além da defesa dos pobres, de pedir “garantia na distribuição da justiça”, acentua-se esforçar “para não ver o comércio e a lavoura já tão sobrecarregados de impostos desaparecerem sobre o peso do fisco municipal” (Roda [...], 1891).

Ainda em 11 de junho, polemiza em outro longo e indignado artigo assinado sob o pseudônimo de “O Povo”, solicitando que a Assembleia Legislativa rejeite a instalação da linha telegráfica entre Blumenau e Lages. Polidoro Olavo São Thiago (Partido Republicano), deputado pela região sul do estado, havia indicado que a linha iniciasse em Tubarão, mas a proposta foi rejeitada. O artigo questiona, então, a competência do deputado na defesa de sua proposta e critica a Assembleia:

Ou a indicação não foi feita nos termos precisos ou o Congresso deu uma prova de que nenhuma importância lhe merecem os deputados que lá nos representam?

[...] Mas então para que tanto incenso, tanta mirra queimada aqui, se o nosso homem, lá está entupido e deixando correr à revelia os nossos interesses e o dinheiro do Governo? (O Povo, 1891).

O jornal também travou embate público com o juiz interino nomeado para atuar na comarca de Laguna, José Custódio Bessa. A edição de 28 de junho é quase toda voltada a criticar o juiz e *A Voz*, por meio de dois artigos, duas cartas de leitores e uma nota. A polêmica chegou até o palácio do governo e iniciou em 11 de junho quando o *Pharol* publicou o artigo *Interinidades*, com objetivo “único de fazer sarar uma das maiores anomalias, como a de estar todos os cargos indiciados da comarca, sob a influência da interinidade [...]”, justificou o jornal.

O outro artigo questiona a origem do capital financeiro de *A Voz*, quem eram seus sócios, e o acusou de “crime de lesão-andrebismo”. *A Voz* retrucou que era “naturalíssimo de desejarmos a prosperidade de empresas de que somos acionistas”. Para o *Pharol*, esta era uma confissão da voracidade financeira do concorrente. O juiz, por sua vez, reagiu em artigo publicado em *A Voz* do dia 19, no qual os redatores de *Pharol* foram qualificados como “caluniadores ignóbeis”. Inconformados, estes encaminharam os artigos ao governador e solicitaram a reparação pela

injúria (O nosso [...], 1891).

Na mesma edição, reforça que a defesa do desenvolvimento local, a publicidade das necessidades da região, a civilidade e a educação eram suas bandeiras de luta e que, apesar das provocações, tem "se esquivado de alimentar lutas pessoais" e assim evitar "a prostituição do jornalismo". Porém, adverte que sempre estará pronto à "discussão leal" e que não arredará "um passo para que se a alimente, visando o esclarecimento das questões que interessem ao público". Acentua que despreza "o que for impróprio a um periódico que se julgue digno de uma população civilizada" (O nosso [...], 1891).

O juiz Bessa também é alvo de críticas por tentativa de censura à imprensa local.

É do domínio público a tentativa do juiz de direito interino José Custódio Bessa, de responsabilizar o "Pharol" tão somente por ter reclamado a necessidade de desaparecerem as interinidades na magistratura.

É igualmente sabido que a má compreensão de algumas autoridades consorciadas com intolerância partidária de quem tudo pode atualmente tem-nos tolhido a precisa independência, que reconquistamos com o auxílio dos conspícuos cidadãos que nos acabam de honrar com o forte apoio de seus nomes (O nosso [...], 1891).

Os "leitores" também saem em defesa do jornal em duas cartas. Uma delas é dirigida e cita nominalmente o jornal *A Voz* e o juiz interino. Argumenta que o *Pharol* atua na defesa dos interesses locais e que esta atuação seria "mais produtiva" se a "liberdade de exercitar as benéficas funções da imprensa não estivesse cerceada pelas autoridades partidárias, como é público e notório [...]" (Srs. Redatores, 1891). A missiva assinada por doze lagunenses acrescenta:

[...] não bastam a boa vontade, a dedicação cívica do jornalista, é imprescindível que a esfera de sua ação não deixa de ser cerceada, que as suas ações não sejam limitadas pelas ameaças de quem impunemente possa tornar-se reais. Dificilmente o jornal pode divulgar os interesses públicos, se a coação vier interpor-se como tem sucedido ao *Pharol* (Srs. Redatores, 1891)

Outra carta, sem autoria identificada, dirige

severas críticas para *A Voz*:

Gutenberg criando a imprensa, cujo nobre fim é moralizar, jamais julgou que o seu invento fosse prostituído ao ponto em que a conduziu a "Voz". [...] esse jornal ou bordel, esse Pasquim ou Marfório, da praça pública de Roma; edificante exemplo de luta pela existência, prova exuberante das exigências de estômagos, testemunho incontestável da exaltação partidária, que tem por lema o primo vivere (Sr. Redator do *Pharol*, 1891).

O autor observa que o lagunense era testemunha dos "botes aos redatores do *Pharol*" e da "linguagem tresloucada da 'Voz' direcionada àquele periódico". Assevera que "degladiar com antagonistas que até hoje apresentam-se com a viseira objeta do anônimo para ferir os redatores deste jornal seria uma tarefa inglória [...]". Portanto, "o mais solene desprezo pelas [...]"<sup>13</sup> que vomitam, será a resposta mais eloquente que vos cabe dar, como tendes feito" (Sr. Redator do *Pharol*, 1891).

Da fase nomeadamente federalista do jornal, destacam-se três notas de 22 de maio de 1892: o início das obras do ramal ferroviário entre Orleans do Sul e Tubarão (SC); a assinatura do governador no processo de concorrência para impressão da *Gazeta Oficial*; e a nomeação de uma comissão para estudar o planalto Goiano e a possibilidade de mudança da capital da república para aquela região. No dia 29, é publicada a síntese do projeto de Rodolpho Baptista de Araújo, que propõe a divisão do estado em seis distritos eleitorais e apresenta o seguinte perfil do estado naquele ano: 22 municípios; 58 paróquias; 274.465 almas.

As eleições para o Congresso Estadual em 24 de abril de 1892, realizadas sob o governo de Joaquim Manoel Machado, foram boicotadas pelos republicanos que incentivaram os eleitores à abstenção. Jornais de oposição e de situação travaram uma batalha em torno do resultado. Os republicanos acentuavam que apenas 20% dos 9 mil eleitores foram às urnas, enquanto os federalistas afirmavam que foram cerca de 6 mil votantes "que correspondem com alta vantagem, a maioria absoluta do eleitorado" e que, "depois da Proclamação da República, pela primeira vez

funcionaram agora livremente". O *Pharol* assinala que o resultado "provou que a revolução de dezembro foi vontade popular, foi o estado em sua maioria". Naquelas eleições foram eleitos apenas candidatos federalistas, já que os republicanos não participaram do pleito.

### Considerações finais

A instalação pacífica da república brasileira logo deu lugar a um cenário de extrema violência em Santa Catarina. A conjunção da Revolução Federalista, da Revolta da Armada e dos conflitos internos em território catarinense foi marcada por fuzilamentos, degolas a facão, saques de propriedade, violação de mulheres, seviciamento de civis e militares. Os conflitos de motivação política e ideológica no governo de Floriano Peixoto se tornaram uma carnificina promovida por rebelados e legalistas. Estima-se que a Revolução Federalista tenha deixado dez mil mortos na região Sul do país.

A virulência política e no campo de batalha se estendeu ao campo discursivo por meio das tribunas e dos jornais, no debate acalorado entre republicanos e federalistas. Vivia-se a fase dos "insultos impressos", conforme definiu Lustosa (2000), referindo-se à imprensa do período da Independência, mas cujas práticas de ataques políticos, ofensas pessoais, o uso do posicionamento ideológico como forma de agressão, acusações entre jornais, jornalistas, políticos e outras figuras públicas persistiram intensamente até o início do século XX.

A primeira marca da imprensa federalista catarinense foi sua atuação contra-hegemônica no cenário político dominado pelos republicanos e seus jornais. Estes predominavam quantitativamente em relação ao número de eleitores e simpatizantes, políticos eleitos e correligionários em cargos públicos, além dos jornais; e qualitativamente quanto à densidade do grau de aceitação e influência do republicanismo junto à opinião pública. Outros fatores a considerar quanto ao alcance da imprensa federalista são o reduzido número das tiragens dos jornais e o alto índice de analfabetismo entre os brasileiros

natos, além da barreira idiomática dos imigrantes europeus.

Santa Catarina é um estado de densa colonização europeia a partir de meados do século XIX – ao sul, italianos; no Vale do Itajaí, alemães e italianos; ao norte, alemães, italianos, poloneses, suíços e noruegueses; em grande parte do litoral, portugueses da ilha dos Açores e do continente. Isso fez com que muitos dos primeiros jornais dessas regiões fossem redigidos principalmente em alemão e em italiano, a chamada imprensa de imigração. Como exemplo, a estimativa era de que apenas 25% da população de Joinville era composta por brasileiros natos. Ao final daquele século, muitos dos jornais republicanos e federalistas ainda enfrentavam esse obstáculo geolinguístico. Dos jornais estudados aqui, o *Volkstaat* iniciou sua impressão em alemão e depois passou a ser bilingue para alcançar leitores brasileiros. Eram diferentes faixas de leitores com percepções da realidade local, mas cada qual influenciado pela herança histórico-cultural do sistema político de seus respectivos países, seja do Brasil ou do exterior.

Os periódicos federalistas fizeram forte oposição ao sistema dominante, seja em nível local, regional ou nacional. Mesmo quando os federalistas tomaram o poder por um curto período de tempo no estado, seus jornais eram minoria e com pouca influência junto à opinião pública. Logo que os republicanos retomaram o poder em abril de 1894, os federalistas e sua imprensa foram duramente perseguidos.

Mesmo sendo Rio Grande do Sul o epicentro irradiador da Revolução Federalista, o contexto político-cultural fez com que os periódicos federalistas catarinenses construíssem suas representações principalmente a partir das questões locais. Sobre o *Volkstaat*, é possível inferir, a partir de Herkenhoff (1998), que o jornal elaborou sua narrativa em defesa dos colonos que sofreram com as atrocidades da guerra.

Por situar-se em uma cidade de maioria alemã, *O Município*, de Blumenau, também era bilingue. Foi o jornal oficial da Intendência, o que demonstra a força do federalismo local, representado

<sup>13</sup> Palavra rasurada, sem possibilidade de identificação.

principalmente na figura do líder Hercílio Luz. O jornal rivalizou com o republicano *Blumenauer-Zeitung* e, assim como o *Volkstaat*, defendeu os interesses dos imigrantes locais.

No litoral sul e no Planalto Serrano foi expressiva a migração de paulistas, gaúchos e paranaenses. Essa presença estabeleceu laços histórico-culturais e políticos que fizeram com que parcela dos catarinenses assimilasse e aderisse às revoluções Farroupilha e Federalista. Foi na extensão desses lastros que se deu o lançamento da imprensa federalista em Laguna e Lages, contribuindo para ampliar as dimensões daquele movimento.

O lagunense *Pharol*, do qual foi possível extrair alguns vestígios discursivos, foi fortemente oposicionista e centrou seu discurso contra lideranças da oposição local, como os embates com o jornal republicano *A Voz*, com o deputado estadual Polidoro Olavo São Thiago (Republicano) e com o juiz interino da Comarca de Laguna, Custódio Bessa.

Em um período no qual o "politicamente correto" passava longe das práticas jornalísticas e que o jornalismo opinativo era uma extensão das tribunas políticas, o periódico articulou sua estrutura discursiva colocando-se como "defensor do interesse público". Tendo dois dos três sócios como "comerciantes e capitalistas", defendeu os interesses da classe e criticou os impostos cobrados dos comerciantes e agricultores. Apesar de o conflito federalista ser uma pauta nacional àquela altura, o *Pharol* fez abordagens estritamente locais/regionais sem fazer referências às tensões que já ocorriam no Rio Grande do Sul.

A *Pátria*, outro jornal de Laguna, é o único analisado que traz notícias sobre uma ocorrência em campo de batalha no Rio Grande do Sul, além de editais com atos oficiais de instalação do governo rebelde em Florianópolis. O jornal coloca-se em defesa do cidadão e como vigilante junto ao governo federal e estadual.

Em Lages, a proximidade histórica com os gaúchos forjada a partir do comércio do gado, também levou os lageanos a demonstrar certa simpatia com a Revolução Farroupilha e depois

com a Federalista. *O Rebate* nasce para difundir os ideais do federalismo em uma região fortemente marcada pelo coronelismo político. A narrativa em torno dos vencedores das eleições municipais de novembro de 1892 foi o fato mais evidenciado nas edições analisadas.

A imprensa federalista catarinense nasceu e se disseminou a partir do movimento político contra o governo federal e que se degenerou no conflito armado. Na fase inicial dos desdobramentos políticos do movimento, era previsível que os periódicos refletissem e reportassem os embates políticos, as digressões e acusações entre os adversários, a defesa de suas causas, ideais e ideologias. Com a deflagração das batalhas campais, o foco seria o relato dos embates armados. Porém, os jornais analisados não circularam durante a ocupação e o conflito em território catarinense. Assim, os poucos relatos se voltaram para os duelos políticos, os insultos entre os jornalistas e as divergências ideológicas.

## Referências

- AINDA bem. O Estado, Florianópolis, ano 1892, 11 dez. 1892.
- AO PÚBLICO. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 24 maio 1891.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Biblioteca Nacional (Brasil). Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1994.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Florianópolis, SC). Catálogo de jornais catarinenses 1850 – 1989. Florianópolis: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, 1990.
- CALLADO JÚNIOR, Martinho. Imprensa Catarinense: resumo histórico (1831-1969). In: Faissal EL-Khatib (org.). História de Santa Catarina. Curitiba: Grafipar, 1970. v. 3.
- CABRAL, O. R. História de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CHAVES, I. A. Declarações. O Estado, Florianópolis, ano 1892, 10 nov. 1892.
- CHRISTOFOLETTI, R.; BALDESSAR, M. J. (org.). Jornalismo em Perspectiva. Florianópolis: Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina: Editora da UFSC, 2005.
- CORRÊA, C. H. Militares e civis num governo sem rumo. Florianópolis: UFSC: Lunardelli, 1990.

## Mario Luiz Fernandes

Doutor e mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; com pós-doutorado em Comunicação e Jornalismo realizado na Universidade Fernando Pessoa (UFP), Porto, Portugal, sob a tutoria do professor Jorge Pedro de Sousa. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR, Brasil. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com atuação no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

## Endereço para correspondência

### Mario Luiz Fernandes

Rua Sideral, 91

Bairro Vilas Boas, 79051-420

Campo Grande, MS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.*

FERNANDES, M. L. República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889). 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HERKENHOFF, E. História da imprensa de Joinville. Florianópolis: UFSC, 1998.

LUSTOSA, I. Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MEIRINHO, J. A república em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1982.

MEIRINHO, J. República e oligarquias. Florianópolis: Insular, 1997.

O MUNICÍPIO. Blumenau: 20 ago. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?-bib=887773>. Acesso em: out. 2023.

O NOVO orçamento municipal. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 17 maio 1891.

O NOSSO procedimento. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 28 jun.1891.

O *Pharol*. Laguna: abr. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?-bib=891266>. Acesso em: 10 out. 2023.

PÁTRIA. Laguna: jun./out. 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?-bib=890960>. Acesso em: 18 out. 2023.

PEDRO, J. M. Nas tramas entre o público e o privado - a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PHAROL. *Pharol*, Laguna, maio-jun. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=891215>. Acesso em: 16 out. 2023.

PEREIRA, C. C. A Revolução Federalista em Santa Catarina em 1893. Florianópolis: Editora Ioesc, 1976.

RODA dos expostos. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 11 jun. 1891.

SR. REDATOR. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 28 jun. 1891.

SRS. REDATORES. *Pharol*, Laguna, ano 1891, 28 jun. 1891.

ROUSTON JUNIOR, E. O Partido Federalista na Primeira República brasileira: imprensa e discursos parlamentares. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RUDIGER, F. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed. da Universidade: UFRGS, 1998.

SANTOS, H. F. A história da imprensa de Itajaí. In: Itajaí Outras Histórias. Rogério Marcos Lenzi (Org.) Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

SILVA, J. F. da. A imprensa em Blumenau. Florianópolis: Sec. da Educação e Cultura, 1977.